

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

PROCESSO: 10.623/2010

ASSUNTO: Consulta.

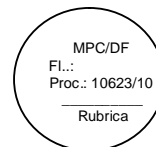
PARECER Nº 1043/2018-CF

EMENTA: Consulta. Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES/DF. Aposentadoria especial. Atividade insalubre. Regime estatutário. Previsão constitucional. Mandados de Injunção. Aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/1991 - RGPS. Decisão TCDF nº 6.611/2010. Recurso de Revisão interposto pela PGDF. Conhecimento. Parecer pelo desprovemento do Recurso. Não provimento – Decisão TCDF nº 3662/2014. Novo recurso de revisão – IPREV/DF. Sobrestamento – Decisão nº 5514/2015. Embargos de Declaração – Sobrestamento apenas do mérito do Recurso de Revisão interposto pelo IPREV/DF – Decisão nº 4201/2016. Representação apresentada pelo SINDMÉDICO – DF. Conhecimento. Indeferimento do pedido cautelar. Diligência – Decisão nº 6198/2016. Julgamento no TJDF pela procedência da ADI nº 2014.00.2.028783-4, pendente de trânsito em julgado. Decisão do Supremo Tribunal Federal pela existência de repercussão geral quanto ao tema. CORPO TÉCNICO - Cumprimento de determinação. Conhecimento. Improcedência da representação. Determinação. Parecer divergente.

Abordam os autos a consulta formulada pela titular da Subsecretaria do Fator Humano em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde acerca do modo de cumprimento de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF em mandados de injunção.

2. Na etapa anterior apreciou-se Representação interposta pelo SINDMÉDICO-DF alegando descumprimento tanto pelo DF, como pelo IPREV-DF, da Decisão TCDF nº 6.611/2010, considerada improcedente, restando pendente de exame a “análise de mérito do recurso de revisão interposto pelo Diretor Presidente do IPREV/DF contra as Decisões nºs 6.611/2010 e 3.662/2014, determinado pela Decisão n.º 5.514/2015, até o trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2014.00.2.028783-4, observando o que vier a ser decidido pelo STF no RE 1014286”.

3. Ademais, a Decisão nº 5.459/2017, a par de manter o sobrestamento do feito, determinou aos “órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal que se abstenham de conceder novos benefícios com fundamento nas alíneas “c”, “d”, “e”, “j”, “j” e “k”, do item III, da Decisão TCDF n.º 6.611/2010, mantidos pelo item I, da Decisão



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

n.º 3.662/2014, em face da manifestação do Tribunal de Justiça local pela procedência da ADI n.º 2014.00.2.028783-4, observando o que vier a ser decidido pelo STF no RE 1014286".

4. Na atual fase processual examina-se o mérito do recurso de revisão interposto pelo IPREV/DF contra os termos da Decisão nº 6.611/2010 e 3.662/2014, bem como o cumprimento da Decisão nº 5.459/2017.

5. De início, a Unidade Técnica ressaltou que o motivo que determinou o sobrestamento da análise do recurso de revisão interposto pelo Diretor Presidente do IPREV/DF, determinado pela Decisão nº 5514/2015 e mantido pelo item IV da Decisão nº 5459/2017, encontra-se superado, uma vez que "a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2014.00.2.028783-4, julgada procedente, **transitou em julgado em 20.04.2018**, conforme se observa dos trâmites processais e da republicação do Acórdão nº 993.282 no Diário da Justiça de 18.06.2018, efetivada em cumprimento ao art. 161, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF".

6. Destacou que a referida ADI considerou inconstitucionais, com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, as alíneas "c", "d", "e", "i", "j" e "k" do item III da Decisão nº 6.611/2010 e o item I da Decisão nº 3.662/2014, o que implicaria anulação dos atos praticados com base nos itens dessas decisões consideradas inconstitucionais:

Decisão nº 6611/2010

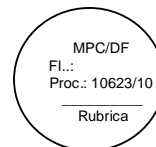
III) responder à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF, órgão consultante no feito, o seguinte:

(...)

c) o tempo especial devidamente reconhecido pode ser utilizado para fins de aposentadoria especial ou para conversão em tempo de serviço/contribuição comum, nos termos do § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto nº 3.048/99;

d) não havendo restrição para início da contagem, reconhecido o tempo de serviço/contribuição em condições especiais a que fora submetido o servidor, esse direito incorpora-se a seu patrimônio jurídico. Assim, se o servidor reunir os requisitos exigidos pela EC 41/03, são-lhe garantidas a paridade e a integralidade dos proventos;

e) ocorrendo a conversão do tempo especial em tempo comum, as possibilidades de aposentadorias com a utilização desse tempo são as das regras permanentes previstas no § 1º do art. 40 da CRFB e as das regras de transição atualmente em vigor, disciplinadas nos arts. 2º e 6º da EC nº 41/03, c/c o art. 2º da EC nº 47/05 e no art. 3º da EC nº 47/05. Não se mostram viáveis as aposentadorias e a revisões de proventos fundadas em regras já



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

revogadas no momento do surgimento do direito à contagem do tempo especial;

(...)

i) é possível a concessão do abono de permanência, ainda que no preenchimento dos requisitos para a concessão de aposentadoria especial, sob pena de contrariar sua "ratio essendi", que é, precisamente, provocar menos aposentadorias e, com isso, dar mais folga orçamentária à previdência pública. Da mesma forma, o tempo especial convertido em tempo comum pode ensejar a revisão do benefício, em consonância com as regras aplicáveis às aposentadorias comuns e aos respectivos abonos de permanência;

j) podem ser contados como tempo especial os afastamentos em virtude de: doação de sangue (art. 97, I, Lei nº 8.112/90); alistamento eleitoral (art. 97, II, Lei nº 8.112/90); casamento (art. 97, III, "a", Lei nº 8.112/90); luto (art. 97, III, "b", Lei nº 8.112/90); férias (arts. 77/80, Lei nº 8.112/90); convocação para júri e eleição (art. 102, VI, Lei nº 8.112/90); maternidade (art. 207, Lei nº 8.112/90); paternidade (art. 208, Lei nº 8.112/90); adoção (art. 210, Lei nº 8.112/90); acidente de serviço ou doença profissional (art. 211, Lei nº 8.112/90); aposentadoria por acidente de serviço ou moléstia profissional (art. 40, I, CF/88 e alterações);

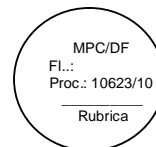
k) também podem ser computados como tempo especial os afastamentos em virtude de licença para tratamento da própria saúde, a teor do disposto na ON nº 10/2010, da SRH/MPOG (art. 11, inciso IV, alínea "a");

Decisão nº 3662/2014

(...)

I – negar provimento ao recurso de revisão interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal contra a Decisão nº 6.611/10, mantendo, em todos os seus termos, a decisão atacada;

7. Verificou que existem 127 atos de aposentadoria com amparo na Decisão nº 6611/2010, sendo que 5 atos foram anulados pela Jurisdicionada e 24 foram julgados legais pelo Tribunal, não havendo repercussão da decisão em sede de ADI, uma vez que *“estas só foram apreciadas porque, ainda que excluídos os dias referentes à ponderação prevista na Decisão nº 6611/2010, os interessados preenchiam todos os requisitos na data de publicação do ato ou na data da análise (no Processo nº 3591/2014, Decisão nº 3690/2017, o Tribunal entendeu que seria inócuo aguardar o deslinde da mencionada ADI nº 2014.00.2.028783-4 caso o servidor, em decorrência do tempo que se encontrava inativo, já tivesse completado a idade suficiente para a aposentadoria e que a exclusão dos dias relativos à ponderação do tempo trabalhado em condições especiais sob o regime estatutário não o impedisse de atingir o mínimo de tempo de contribuição e os demais requisitos de tempo mínimo no serviço público, na carreira e no cargo).”*.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL

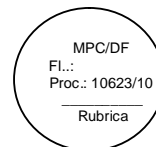
8. Observou, ainda, que dos 98 atos pendentes de exame, 21 poderiam ser julgados legais, pois se assemelham aos casos relatados no parágrafo precedente. Outros 59 servidores teriam tempo para a aposentadoria especial de que trata a Lei nº 8.213/91 (possuem mais de 25 anos de exercício em atividade insalubre – concessão autorizada pela alínea “f” do item III da Decisão nº 6611/2010), devendo, todavia, ser notificados para manifestarem interesse em *“permanecer aposentados com alteração do fundamento legal para a Lei nº 8.213/91 (a alteração na prática, em princípio, seria quanto à base cálculo e a forma de reajuste dos proventos)”*. Os 18 restante deveriam ser notificados para retornarem à atividade.

9. Nada obstante, ressaltou que o STF, sobre a contagem diferenciada do tempo de serviço prestado em condições prejudiciais à saúde e à integridade física, passou a considerar que a matéria tem status constitucional:

17. Entretanto, em data posterior ao julgamento da ADI nº 2014.00.2.028783-4, que culminou no Acórdão nº 993.282, ocorrido em 31.01.2017, a Suprema Corte, em 06.04.2017, passou a considerar que tal matéria tem status constitucional e, com isso, irá decidir se é possível a aplicação aos servidores públicos das regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.

18. O tema será debatido no **Recurso Extraordinário (RE) 1.014.286**, de relatoria do Ministro Luiz Fux, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual. Em sua manifestação, o Ministro Luiz Fux lembrou que o STF, por meio da Súmula Vinculante nº 33, já assentou a possibilidade de aplicação das regras do RGPS para assegurar, até a edição de lei complementar específica, a concessão de aposentadoria especial ao servidor que atua em atividade prejudicial à saúde ou à integridade física. No entanto, explicou que a citada Súmula Vinculante nº 33 teve origem na jurisprudência sedimentada no julgamento de inúmeros mandados de injunção nos quais o Supremo acolheu o pedido de concessão da aposentadoria especial, mas não o de averbação de tempo de serviço insalubre para outras finalidades. “Nos debates conducentes à edição da súmula vinculante, a questão da averbação do tempo de serviço insalubre voltou à baila, porém não houve consenso no Pleno do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o que levou à aprovação de redação minimalista para o verbete, ficando a referida discussão pendente de definição”, ressaltou.

19. O Ministro observou que, de acordo com as regras da Previdência Social, o tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, para efeito de concessão de qualquer benefício. Em seu entendimento, é necessário definir se essa regra pode ser estendida também aos servidores vinculados aos regimes próprios de previdência pública ou se



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

esse ponto específico se enquadra na ressalva da Súmula Vinculante nº 33, que determina a aplicação da legislação previdenciária no regime jurídico da aposentadoria especial do servidor “apenas no que couber”.

20. Segundo o relator, a repercussão geral da matéria se evidencia pela controvérsia jurídica instaurada em todas as instâncias judiciais, refletindo-se na proliferação de demandas com esse conteúdo. Destaca, ainda, o inegável impacto da decisão a ser tomada pelo STF no equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, exigindo “reflexão mais detida” sobre o tema. A manifestação do Ministro Fux, no sentido de reconhecer a repercussão geral da matéria, foi seguida, por maioria, em deliberação no Plenário Virtual do STF.

21. Assim, a questão é objeto do Tema 942, com o seguinte título:

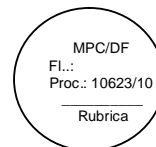
Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.

10. No ponto, registrou a existência de ação movida pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal - Ação de Conhecimento nº 2010.01.1.146944-5, que aguarda a decisão que vier a ser proferida no RE 1.014.286, em sede de repercussão geral, quanto à conversão em comum do tempo especial. O sindicato, todavia, ingressou com ação de cumprimento provisório de sentença, tratada sob o nº 2012.01.1.134182-9. O DF, então, ingressou no STF com a ação cautelar Incidentar nº 3698, com pedido liminar, “*inicialmente concedida e depois tornada sem efeito, encontrando-se a citada ação ainda em trâmite, no aguardo de apreciação de embargos de declaração*” opostos pelo Distrito Federal. Conclui o CT:

30. Portanto é possível concluir que por meio da Ação nº 2010.01.1.146944-5 (que gerou a execução provisória de sentença nº 2012.01.1.134182-9) o Distrito Federal está sendo compelido pelo TJDFT a computar de forma diferenciada o tempo prestado pelos médicos em condições insalubres, para efeito de conversão em tempo comum.

11. Na sequência, trouxe posicionamento do STF - ARE 1.003.399/SP - no sentido de que é passível de anulação decisão anterior contrária a questão posteriormente submetida à repercussão geral, como pode ocorrer nas hipóteses tratadas no presente feito.

12. No tocante à integralidade e paridade para as aposentadorias especiais amparadas pela Lei nº 8.213/91, o CT registrou a jurisprudência recente do TJDFT no sentido de que o servidor que comprovar o exercício durante 25 anos, de forma permanente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, conforme dispõe o art. 57 da Lei nº 8.213/91, faz jus à



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

aposentadoria especial, com proventos integrais e com paridade com servidores ativos¹.

13. Assim, resumiu os fatos que permeiam as questões tratadas no presente feito:

- o fundamento utilizado no julgamento da ADI nº 2014.00.2.028783-4 foi posteriormente alterado pelo Supremo Tribunal Federal, que passou a reputar matéria constitucional e, com isso, irá decidir se é possível a conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada, questão que será apreciada no RE 1.014.286, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 942);

- o Sindicato dos Médicos do DF possui decisão proferida pelo próprio TJDF, na Ação de Conhecimento nº 2010.01.1.146944-5, que se encontra em fase de execução provisória, determinando ao Distrito Federal a contagem ponderada do tempo estatutário exercido em atividade insalubre pelos médicos, na qual existe Recurso Extraordinário, interposto pelo DF, também sobrestado aguardando o julgamento do Tema 942; - o STF tem posicionamento pacífico mediante o qual o ulterior reconhecimento da repercussão geral da matéria permite a concessão excepcional de efeitos infringentes aos embargos e impõe a anulação do acórdão embargado, com a finalidade de determinar a devolução dos autos à origem para aplicação da sistemática do instituto e adequação do caso à jurisprudência da Corte. Isso significa que o próprio STF entende passível de anulação sua decisão anterior na hipótese de mudança de entendimento quanto à questão posta à apreciação sob a sistemática da repercussão geral. No mesmo sentido, por exemplo, foi o julgamento do ARE 1.003.399/SP; e

- em recentes decisões, o TJDF se posicionou no sentido de que o servidor, admitido no serviço público até 31.12.2003, que comprovar o exercício durante 25 anos, de forma permanente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, conforme dispõe o art. 57 da Lei nº 8.213/91, faz jus à aposentadoria especial, com proventos integrais e com paridade com servidores ativos.

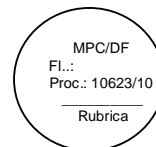
14. Finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

I. ter por cumprida a Decisão nº 5459/2017;

II. tomar conhecimento do trânsito em julgado da ADI nº 2014.00.2.028783-4;

¹Acórdão n.1071531, 07106470320178070016, Relator: ARNALDO CORRÊA SILVA 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 01/02/2018, Publicado no DJE: 06/02/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada

Acórdão n.843955, 20120110702193APC, Relator: LEILA ARLANCH, Revisor: GISLENE PINHEIRO, 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 21/01/2015, Publicado no DJE: 29/01/2015. Pág.: 112



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL

III. levantar o sobrestamento da análise do recurso de revisão interposto pelo Diretor Presidente do IPREV/DF (fls. 1163/1666), determinado pela Decisão n° 5514/2015 e mantido pela Decisão n° 5459/2017, face ao trânsito em julgado mencionado no item anterior;

IV. considerar que ocorreu a perda do objeto do recurso citado no item anterior, uma vez que os dispositivos questionados foram declarados inconstitucionais na ADI 2014.00.2.028783-4, restando superada a questão;

V. reiterando o contido no item V da Decisão n° 5459/2017, orientar os órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal que, em face do trânsito em julgado da ADI n° 2014.00.2.028783-4, se abstenham de conceder benefícios com fundamento nas alíneas “c”, “d”, “e”, “i”, “j” e “k”, do item III, da Decisão TCDF n° 6.611/2010 (item I, da Decisão n° 3.662/2014), sem prejuízo de observar o que vier a ser decidido pelo STF no RE 1.014.286;

VI. determinar:

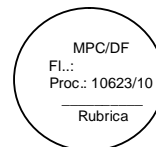
a) o sobrestamento da análise das concessões já cadastradas no SIRAC em que a exclusão da conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada, referente ao período estatutário, interfira na fundamentação legal do respectivo ato de aposentação, até o julgamento pelo STF do RE 1.014.286, no qual se discute, em sede de repercussão geral, o Tema 942;

b) que, após o trânsito em julgado do RE 1.014.286, os reflexos da decisão que vier a ser proferida pelo STF seja objeto de análise individualizada nos atos de que trata a alínea anterior; e

VII. autorizar o arquivamento do presente feito.

15. Os autos vieram ao Ministério Público de Contas para parecer, que, de plano, acolhe as sugestões da zelosa Unidade Técnica contidas nos itens I a IV, conforme transcrição no parágrafo precedente, .

16. Nada obstante, em relação aos itens V e VI, em que pese o MPC, mediante Parecer n° 0736/201CF, ter concordado, naquela oportunidade, com a proposição do CT, de “*determinar aos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal que se abstenham de conceder novos benefícios com fundamento nas alíneas “c”, “d”, “e”, “i”, “j” e “k”, do item III, da Decisão TCDF n.º 6.611/2010, mantidos pelo item I, da Decisão n.º 3.662/2014, em face da manifestação do Tribunal de Justiça local pela procedência da ADI n.º 2014.00.2.028783-4, observando o que vier a ser decidido pelo STF no RE 1014286*”, entendo que não há óbice aos contemplados por deliberação em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

Mandado de Injunção requererem a aposentadoria, nos exatos termos da decisão judicial.

17. Após o requerimento do interessado, a administração tem o dever de examinar o mérito do requerimento, no que tange ao cumprimento dos requisitos para a aposentadoria pleiteada, e conceder ou não a aposentação, nos termos da legislação regente.

18. Na sequência, na hipótese de a inativação ter sido concedida, com os dados lançados no SIRAC, o Controle Interno do Distrito Federal examinaria o ato, apondo sua opinião pela legalidade ou não do ato de concessão de aposentadoria, encaminhando-o eletronicamente à Corte de Contas.

19. O TCDF, por sua vez, tem o dever constitucional de *“apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório”*, dando uma resposta definitiva ao interessado, pois se trata de ato complexo que se aperfeiçoa com o registro pela Corte.

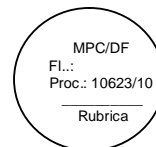
20. De outro modo, o interessado aguarda a manifestação do TCDF sobre a legalidade ou não de sua inativação, registrando ou não o ato de concessão, para, então, ter certeza de que finalmente está aposentado ou se deve adotar algumas providências ou, ainda, se foi negado registro ao ato de aposentadoria.

21. Vale destacar que a Constituição garante *“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”*. Nesse sentido, estando os autos ou os atos eletrônicos à disposição do TCDF não há impedimento para que a Corte os examine, para fins de registro, se for o caso.

22. Note-se que o Tribunal de Contas de União, mesmo após o reconhecimento da existência de repercussão geral sobre o tema em debate, exercendo seu dever constitucional, tem examinado os atos de aposentadoria:

Acórdão 10074/2017-Primeira Câmara

SUMÁRIO: PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS EM DESACORDO COM AS HIPÓTESES CONSTITUCIONALMENTE PREVISTAS. CONTAGEM PONDERADA DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES INSALUBRES RELATIVO A PERÍODOS ANTERIORES E POSTERIORES AO ADVENTO DA LEI 8.112/1990. POSSIBILIDADE DA CONTAGEM DOS PERÍODOS ANTERIORES À MENCIONADA NORMA, UMA VEZ ATENDIDOS OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ACÓRDÃO 2.008/2006-TCU-PLENÁRIO.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

IMPOSSIBILIDADE DA CONTAGEM DOS PERÍODOS POSTERIORES À VIGÊNCIA DO RJU. MATÉRIA ESTRANHA AOS MANDADOS DE INJUNÇÃO APRECIADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VERSANDO SOBRE A LACUNA NA REGULAMENTAÇÃO DO ART. 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. INCLUSÃO, NA ESTRUTURA DE PROVENTOS, DE DIFERENÇA PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA – DPNI, SEM SUA ABSORÇÃO PELAS TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DE QUE TRATA O ANEXO IV DA LEI 11.355/2006 (ALTERADO PELO ANEXO IV-A, INCLUÍDO PELA LEI 11.784/2008), CONFORME DETERMINAM OS ARTS. 2º, § 4º, 7º, 7ºA, 7B, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DAQUELA NORMA. LEGALIDADE DE UM ATO. ILEGALIDADE DE QUATRO ATOS. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA.

23. Ante o exposto, a par de concordar com as sugestões contidas nos itens I a IV, o MPC opina por que o e. Tribunal:

I – oriente os órgãos que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal que não há impedimento para que se examine os requerimentos de aposentadoria de servidores detentores de decisão em Mandado de Injunção, à luz da legislação regente e das decisões judiciais que permeiam a questão;

II – determine à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCDF que examine os atos de concessão em referência, para posterior apreciação pela Corte acerca da legalidade, objetivando o registro ou não do ato concessório.

É o parecer.

Brasília, 12 de novembro de 2017.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral